

CONSTRUINDO UMA CIDADE SALUBRE: O ESTADO E A ATUAÇÃO MÉDICO-SANITÁRIA

Fernanda Karoline Martins Lira Alves*

Em fins do século XIX e início do século XX, a questão das epidemias que assolavam a população colocou na ordem do dia o debate urbanístico sanitário¹, de modo que, praticamente todas as incipientes mudanças ocorridas ainda no século XIX nas cidades brasileiras são resultantes dos discursos e das novas questões propostas por higienistas e sanitaristas, já difundidas nos países como França e Inglaterra. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, etc. tiveram nos constantes surtos epidêmicos e econômicos, ocorridos na transição para o século XX, os esteios necessários para que uma nova forma de conceber o espaço urbano e seus habitantes fosse gestada, dentro dos moldes da racionalidade burguesa.

O discurso higienista, enquanto um conjunto de técnicas responsáveis pelo estabelecimento de certas formas de sociabilidade – no que diz respeito ao corpo e a maneira com que este se relaciona com o meio físico – (ANDRADE, 1992, p.17), colocou-se como um veículo de mudança da sociedade brasileira, propondo-se a modificar os hábitos tradicionais, vistos como inadequados a uma nação que se pretendia civilizada. Penetrando não só nos espaços públicos, mas também privados, interferindo diretamente no cotidiano das pessoas.

Segundo Maurício de Abreu, o pensamento higienista foi aos poucos sendo implementado no Brasil, e foi a partir das instituições de ensino médio que o mesmo ganhou força e passou a ser difundido pelo país. Mas, foi no Rio de Janeiro, então a maior cidade e a capital do Brasil, que o higienismo mostrou toda sua força e que de certo modo ditou o tom para as intervenções nas demais cidades brasileiras, que sofreram mudanças não só no meio físico, mas também nas formas de sociabilidade urbana que vigoravam até então.

Dessa forma, nos remetemos inicialmente a Sidney Chalhoub, quando da sua análise do pensamento vigente no seio da elite e do governo brasileiro, em fins do século XIX, que correlacionava higiene e civilização. Segundo esse autor, há dois princípios essenciais,

Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um ‘caminho da civilização’, isto é, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’, que teria validade para

* Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: Fernanda_karoline@hotmail.com.



qualquer povo, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a 'grandeza' e a prosperidade dos 'países mais cultos' seria a solução dos problemas da higiene pública. (CHALHOUB, 1990, p.35).

Partindo dessa ideia, os médicos-sanitaristas do início da República viam as condições da higiene pública como indicador do grau de civilização de um povo. Mais que isso, havia critérios técnicos, científicos, que norteavam as ações da administração pública. Resultando assim, segundo o próprio Chalhoub,

No processo de configuração dos pressupostos da Higiene como ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao 'verdadeiro', à 'civilização', implicam a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. (CHALHOUB, 1990, p.35)

Percebe-se, assim, que despolitiza-se a realidade histórica e legitima-se, mesmo sem nenhuma comprovação, as políticas de caráter puramente técnico a serem efetivadas a fim de colocar o país no "caminho da civilização". Como se houvesse uma forma "científica" de gerir a cidade com seus mais diversos problemas sociais, ou seja, na busca de trilhar este caminho único, a higiene pública, tida como ideologia acabou informando o processo de intervenção das administrações públicas no espaço da cidade, em especial das habitações populares. Mas apesar dessa intenção do discurso da higiene de se colocar acima dos homens e suas questões sociais, tratou sempre de tomar decisões políticas claras quanto ao direcionamento dos benefícios a serem alcançados através das iniciativas da administração pública.

Os médicos e sanitaristas tomaram para si o que imaginavam ser uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos públicos, desempenhando tarefas administrativas, fora da orçada médica. Devido a esse poder atribuído aos médicos e às suas instâncias normativas, as políticas públicas de saúde seriam inseridas no planejamento das cidades e das zonas rurais como forma de combate sistêmico das doenças e domínio e saúde do corpo social. Pretendia-se, através da higiene obter um controle quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do espaço urbano no sentido de conduzir o país à civilização. Assim, há no país, nas primeiras décadas da República, uma intensificação da ação médico-sanitarista.

A cidade de Parahyba do Norte, por sua vez, na virada do século XIX para o século XX recebeu a atenção dos médicos e higienistas, que viam nas suas condições de insalubridade a causa primeira das doenças que acometiam a população. A cidade nesse



período era apontada por seus memorialistas como um aglomerado urbano pequeno, dos mais pobres e atrasados, cujas ruas, “excetuando-se a Rua Direita e uma parte do Varadouro, as demais não eram calçadas e apresentavam um aspecto deplorável na época da estação invernal, com o lamaçal envolvendo as suas dimensões, esburacadas e com grandes sulcos produzidos pela erosão pluvial” (AGUIAR & MELLO, 1989, 76).

Conquanto críticas à situação da cidade se tornassem recorrentes a partir do final do século XIX, diligentes em evidenciar a penúria de ruas, praças e edificações, quer públicas, quer privadas, que se erguiam ignorando por completo normativas estéticas, construtivas e higiênicas, é, contudo, apenas na década de 1910 que se notam ações efetivas no sentido de modernização da cidade, voltadas de início à instalação e renovação de serviços urbanos.

No desejo de tornarem-se modernos dotando a cidade com as conquistas materiais, expressas nos transportes e comunicações, equipamentos de higiene e conforto, é que as elites e letrados de nossa capital irão colocar entre as prioridades, a higiene pública, visto que, uma cidade que quer “civilizar-se” deveria ser pensada dentre os moldes da racionalidade burguesa, isto é, uma cidade limpa, desodorizada (CORBIN, 1987).

Tal prioridade se justifica à medida que vamos pesquisando as páginas dos jornais do início do século XX e encontramos uma cidade que se revela através de ruas estreitas, lamacentas, uma cidade que necessitava, segundo os discursos de seus letrados, medidas de higiene, uma política sanitária atuante, capaz de reprimir abusos à saúde pública, pondo fim à imundície das ruas que contribuía para proliferação de doenças, atestando o “atraso” da capital, como vemos na seguinte nota do jornal A Imprensa:

A hygiene, de cuja falta tanto nos ressentimos, seria o meio eficaz e certo para impedir o avassalamento das epidemias e promover o progresso de nossa *urbs*. As nossas condições higienicas, não há negal-o, são a causa primordial do mau estado sanitário em que nos achamos (...) o nosso atraso é uma verdade que se impõe a quem quer que visite nossa capital. (Jornal A Imprensa, 26/02/1914, p. 01).

O atraso ao qual o redator se refere se dá em relação não apenas a Londres e Paris, padrões europeus de modernidade e urbanização a serem seguidos naquele período, mas especialmente, a cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Recife que como vimos já estavam vivenciando de forma mais efetiva transformações nos seus espaços a fim de higienizá-los e modernizá-los. E a Parahyba, procurando inserir-se nesse contexto nacional de modernização, orientou-se também para a necessidade de higienizar o espaço contendo os surtos epidêmicos que ainda atormentavam nossa população, como a epidemia de varíola em 1907 (SÁ, 1999).

Assim, é que a partir de 1910 ocorreram as primeiras investidas no sentido de higienização da cidade de forma mais efetiva. Ao mesmo tempo em que se tem a instalação de um serviço regular, ainda que limitado, de abastecimento de água, em 1911, no governo de João Lopes Machado é regulamentado e institucionalizado o Serviço de Higiene, em 1913 foi encomendado o projeto de saneamento da capital ao engenheiro Saturnino de Brito, pelo então governador do Estado João Pereira de Castro Pinto, embora ele só tenha vindo a ser realizado em 1922 no governo de Sólon de Lucena. Serviços estes, que juntamente com as obras de aformoseamento urbano, conduzidas nesse período, especialmente no governo de Camilo de Holanda, representaram ações que estavam inseridas no processo de modernização e higienização da capital que se orientaram não apenas para a transformação do espaço, mas também para a mudança de hábitos da população, objetivo este, nem sempre alcançado.

Organização da Repartição de Higiene – 1911

Nessa perspectiva de tornar a capital paraibana salubre, desodorizada, livre das epidemias que volta e meia assolavam sua população, bem como livrá-la do atraso em relação a outras cidades que já contavam com um serviço de saúde pública mais eficiente, mantendo sob controle as epidemias, é que cada vez mais enfatizava-se os discursos em torno da necessidade de organização do serviço de higiene na Parahyba, como vemos num trecho da fala do então Inspetor de Saúde dos Portos.

Afagamos (...) de há muito a idéia da organização do serviço sanitário desta capital, - do seu saneamento, - em condições de fazer a sua hygiene defensiva (...). Basta-nos observar o aspecto offerecido pela capital cearense, para avaliar-se o interesse que o Dr. Nogueira Accioly vota à hygiene. Em cada município existe uma delegacia de hygiene, destinada a defesa sanitária, da circunscrição e dotadas todas ellas de recursos precisos para consecução dos seus fins. (...) Si do Ceará levarmos nossas vistas para o Maranhão, veremos que naquelle Estado a solicitude do governo se tem evidenciado de modo generoso e patriótico dotando-o de melhoramentos taes em matéria de hygiene que sua directoria já distribue boletins semanaes, pelos quaes se torna conhecido o seu movimento de natalidade, nupcialidade e mortalidade. (MAROJA, 1911, p.431).

De acordo com as palavras de Maroja, era precária a situação em que se encontrava o serviço de higiene pública na cidade de Parahyba, que não contava com uma organização capaz de estabelecer a profilaxia das epidemias, aparelhando o serviço com os elementos necessários ao estabelecimento da higiene, como vinha se processando em estados como o Ceará e Maranhão, que já contavam com um serviço mais estruturado e capaz de atender as necessidades locais. Visto que, embora a necessidade de promover a higienização com vistas

à melhoria da saúde pública fizesse parte dos discursos entre médicos higienistas e Estado tais propostas ainda não tinha sido sistematizadas pelo governo paraibano.

Embora o Serviço de Higiene Pública no estado da Parahyba tenha sido regularizado dez anos antes das considerações de Maroja, sob o Decreto n.53 de 30 de março de 1895, nunca se efetivaram as resoluções dos artigos daquele Decreto, tendo em vista que a Inspectoria de Hygiene não dispunha da estrutura material e humana para executar suas obrigações.

A isso, soma-se o fato do serviço contar com apenas um inspetor, como denuncia Maroja e que podemos constatar lendo o Art.8 do Decreto, o qual rezava: “A Inspectoria de Hygiene se comporá de um inspetor de Hygiene na Capital do estado, e de um delegado de hygiene, em cada município do Estado.” Ora, para uma população que nesse período já chegava a uma marca de cerca de 20.000 habitantes, apenas um inspetor será insuficiente para dar conta de todas essas atribuições e apresentar um resultado positivo no combate às epidemias, restava a este apenas seguir o conselho de Maroja, cruzar os braços diante das calamidades.

Enquanto isso a população, sobretudo a elite letrada, seguia suas denúncias nos jornais acerca da situação de insalubridade em que se encontrava a capital paraibana exigindo providências dos responsáveis pela saúde pública para tomarem as providências. No entanto, só em 1911, no governo de João Lopes Machado, é que será regulamentado e institucionalizado o Serviço de Hygiene da Parahyba pelo Decreto n. 494, de 8 de Junho daquele ano. O propósito de sua criação, que não nos surpreende está claro nas palavras do presidente João Machado na sua mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1911, “Era incontestável a urgência de ser dotada a nossa capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais ideias existentes entre nós em matéria de hygiene.”

Assim, regulamentado o Serviço de Higiene, seu plano de defesa sanitária resume-se “(...) na criação e rigorosa observância dos seguintes serviços: policia sanitaria, vigilancia medica, desinfecções, vaccinação e revaccinação, isolamento e demographia sanitária” (Decreto Nº 494 de 08/06/1911, p.03). De acordo com o Art.6, a direção do serviço do estado seria executado por uma repartição central, subordinada ao poder executivo estadual, compreendendo a Directoria Geral e as sessões anexas sob sua dependência: (A) a secção de desinfecção, (B) hospitais de isolamento e (C) a estatística demographo-sanitaria.

O Decreto e a Directoria de Hygiene, estavam em sintonia com o momento pelo qual passava a nossa capital, visto que foi nessa década que alguns elementos modernos a

alcançaram como já tratamos aqui, bem como havia todo um discurso produzido pelos letrados que abordavam, de maneira ufana, a cidade em ritmo de progresso. Várias são as matérias e artigos que se ocupavam de mostrar que a cidade poderia vir a tornar-se próspera e civilizada e um dos caminhos para se alcançar tal objetivo era a resolução dos problemas de higiene da capital.

De modo que o Decreto que institucionalizou o serviço de higiene foi produzido, segundo Sá, justamente no intento higienista da época, especialmente baseado na Campanha de Oswaldo Cruz e Pereira Passos da década anterior, quando estes, sob uma verdadeira “ditadura”, com a ajuda de Sevcenko, urbanizaram e higienizaram o Rio de Janeiro à custa da vacinação obrigatória, invasões de domicílios, demolição de casas que não seguissem a regras dos códigos de postura e higiene, extinção dos cortiços e aglomerados; como podemos ver nas próprias palavras do Presidente do Estado na sua mensagem do relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1912.

No nosso país, é preciso que assinalemos que, o início proveitoso de medidas eficazes de higiene apareceu com Oswaldo Cruz, surgiu na metrópole para, então, ir divulgando pelo país inteiro.

Oswaldo Cruz saneando a nossa capital federal e principalmente julgando o terrível espantoso – a febre amarela que tantos prejuízos nos causou, impedindo as nossas relações econômicas com os demais países, deu ao Brasil inteiro provas do quanto pode a higiene, demonstrando evidente e praticamente o que vale a ciência e os recursos de que hoje dispomos para o abrigo e salvaguarda da saúde.

Data daí o movimento pró-saúde pública no Brasil.

Assim é que por todos os Estados vai-se notando um salutar movimento, (...) A Paraíba não se conserva indiferente a esse salutar impulso.

João Machado por ser médico e ter trabalhado com Oswaldo Cruz, na campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, voltou logo no início de seu governo a atenção para as questões da saúde pública, sendo por muitos decantado e aclamado como um progressista, que muito fez no intuito de dar uma nova feição sob o aspecto da higiene pública, procurando dotar o Estado de uma organização sanitária de acordo com as forças orçamentárias da Paraíba e ao mesmo tempo, compatível com o meio e o desejo de parte da população de tornar a cidade limpa, higienizada.

Contudo, segundo João Machado, não bastava apenas organizar o Serviço de Higiene, “é preciso que a nossa população se submetta às leis sanitárias sem a preocupação de que elas possam atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicílio” (MACHADO, 1911, p.27). O presidente chamava a atenção para a necessidade da população se identificar com o propósito da ação sanitária. Isto porque, como veremos



adiante, os avanços que se deram em questão de higiene na cidade foram muito pontuais e um dos pontos que comprometiam a eficácia da ação dos delegados e inspetores era a persistência de práticas e comportamentos coloniais dos seus moradores, que comprometiam a urbanidade que a cidade reclamava.

Nesse sentido, na capital paraibana, a imprensa colocar-se-á, nas primeiras décadas do século XX, a serviço da higienização da cidade, atuando como atenta vigilante, denunciando ela própria o desrespeito aos preceitos que eram baixados nesse sentido, como também divulgando denúncias de terceiros e intermediando a acusação com a decorrência do ato corretivo da autoridade. Apelos como este, não foram isolados:

...Os senhores delegados de Hygiene forneçam à imprensa os nomes dos cidadãos multados ou intimados por motivo de desasseio nas suas casas, quintaes e latrinas que prestarão um grande serviço à saúde publica de nossa terra. Este jornal na sua missão de zelar pelo bem publico sob todas as suas formas secundará a acção da Inspectoria de Hygiene Publica publicando em suas columnas o que nesse sentido lhe for enviado. (Jornal A Notícia, 27 de maio de 1916, p.01).

Era uma cruzada bastante ampla que embora tenha procurado atingir todos os cidadãos, visto que encontramos várias denúncias e notificações feitas pelos médicos higienistas em sobrados, residência das elites, bem como em seus estabelecimentos comerciais, esta vigilância teve sempre na sua mira, as formas de vivência e moradia dos populares. Desta forma, era comum, denúncias como esta que segue, na qual pessoas da elite, imbuídas do desejo de tornar a cidade limpa, higiênica, rumo ao progresso, se empenharão em denunciar e ainda fiscalizar as atuação dos responsáveis pela higiene da cidade, quando de suas denúncias. De modo que, busca-se reafirmar uma partilha entre a elite desodorizada, “civilizada” e o povo infecto e de hábitos “selvagens”.

Pessoa de prestígio que nos merece toda fé, relata-nos um facto para o qual chamamos a atenção dos médicos da Hygiene.
Existe na rua 13 de maio um quarteirão chamado de 7 quartos pelas 7 espeluncas fétidas e lotadas ali existentes
Do quintal destes quartos sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitárias desprendem um mau cheiro insuportável.
É este um facto digno das vistas rigorosas da hygiene, pelo estado sanitário da nossa cidade e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão de certo, a pestiqueira da imundice como esta em que vivem estas pessoas e que ora fallamos. (Jornal A Imprensa, 21/11/ 1912, p.01).

Era, sobretudo, sobre os hábitos e moradias desses populares que se voltavam as vistas do Serviço de Higiene, com seus dois delegados e um desinfector, que protegidos pelo saber e poder que detinham, e ainda respaldados pelo Decreto n.494, que lhes davam plenos poderes na atuação sobre a cidade e seus habitantes, percorriam diariamente a cidade e invadiam os domicílios a fim de fiscalizá-los. Portanto, com total carta branca e autoridade de polícia, procuravam lixo nos terrenos, nos quintais, bem como voltavam suas vistas para a presença ou não de aparelhos sanitários nas residências. Aqueles residentes infratores e “anticivilizados” eram intimados, sob pena de multa, à construção de aparelhos, geralmente no prazo de trinta dias. Se o problema fosse com relação ao lixo nos quintais, estes davam um prazo geralmente de quarenta e oito horas para a limpeza do mesmo.

Essas intimações geralmente eram divulgadas, nos jornais para que a população tomasse conhecimento dos trabalhos da Diretoria de Higiene, bem como de suas responsabilidades para com a saúde pública, como podemos ver na seguinte nota do Jornal A União.

O dr.Octavio Soares fez 24 visitas domiciliaries á rua de S. José intimando os proprietários das casas ns. 7, 9, 11, 15, 20, 22, 24 a 28 e 30 para construírem aparelhos sanitários dentro de 30 dias.

Ao proprietário da casa nº 71 para remetter a chave do prédio no prazo de 48 horas, sob pena de multa.

Ao proprietário da casa nº 49 paa só alugar a referida casa depois de caiada e pintada.

Ao proprietário da casa nº 2 á rua barão da Passagem para enviar a chave dentro de 48 horas para ser verificada as condições hygienicas. (Jornal A União, 21/01/1917, p. 02).

As diligências médicas eram diariamente divulgadas pela imprensa. Nessa cruzada, o jornal A União, órgão oficial do Estado, reproduzia diariamente as notificações de visitação e intimações feitas pelos inspetores, dando a impressão de que havia na cidade um verdadeiro batalhão de higienistas, percorrendo ruas e pondo ordem nos espaços domésticos, o que era mais um anseio do que a realidade, tendo em vista que, o serviço estava restrito à quatro homens, que com certeza não conseguiam ter uma ação tão global como sugeria o jornal.

Além disso, essas intervenções no espaço da cidade e nas moradias com vistas a modificar os hábitos da população, não eram tão simples quanto parecia. De acordo com Sousa, “a eficácia política e disciplina dos projetos higienistas e sanitaristas foi apenas parcial e as formas como os moradores da cidade absorveram os hábitos burgueses, foram ao mesmo tempo motivos de comemoração e frustração para seus idealizadores” (SOUSA, 2001, p.256). Apontando assim, para uma resignificação e apropriação do ideário burguês por parte dos



populares das mais variadas formas, que possibilitaram a flexibilização de rígidas normas, quando não, sua rejeição.

Os proprietários de diversas casas da rua da Mangueira, apesar de já terem sido indicados pela directoria de Hygiene a fazerem aparelhos em suas casa, dentro do prazo de sessenta dias, até hoje ainda não satisfizeram o dispositivo daquela repartição.

Seria de bom alvitre o sr. dr. Director de hygiene dar nova ordem aquelle respeito e mandar alguns de seus auxiliares aquella rua para se inteirarem do anti-hygienismo em que se encontram certas casas d'alli. (Jornal A União, 25/01/1917, p. 02).

Dessa forma, nos remetemos a Michel de Certeau (1994), quando este nos chama atenção para os usos diferenciados que os indivíduos e grupos fazem dos modelos culturais, alertando para a necessidade de se levar em consideração a inventividade e a criatividade que presidem as formas como os sujeitos se relacionam com esses modelos. Ou seja, percebemos que há por parte dos populares uma apropriação e reinterpretação do modelo de higienização produzindo pelos profissionais do Serviço de Higiene. De modo que, como podemos perceber, nem sempre os decretos estabelecidos, bem como as notificações foram obedecidos pelos habitantes. Várias intimações tiveram que ser refeitas, tendo vista o descumprimento destas pelos moradores, que em grande parte, não tinham condições de colocar os aparelhos, muito menos pagar as multas. Sendo constantes denúncias como estas que vimos.

A forma autoritária e repressora de atuação da polícia sanitária ganhou a antipatia da população. A invasão no âmbito privado, bem como a imposição de multas, além da vergonha pública, já que eram publicados diariamente na imprensa as casas notificadas, nos parecem suficientes para a forma “pouco lanha” (A Notícia, 10/11/1916, p.01) com que era recebido o Dr. Octávio Soares, um dos delegados da higiene, que reclamava aos relatores do Jornal A Notícia, sobre o tratamento “assaz e descortês” que recebera de uma senhora, que morava na Rua da Oficina.

Ora, para uma cidade que caminhava na vontade de tornar-se moderna, “civilizada”, tal comportamento sinalizava para os letrados da época, que a população se comportava de formas selvagem e inculta. De modo que, segundo os letrados, “está nas atribuições do governo o direito de coagir esses indiferentes aos mandamentos do asseio e da higiene, obrigando-os na conformidade das posturas municipais a trazerem limpas e de aparelhos sanitários suas respectivas propriedades” (A União, 11/02/1917, p.01).

Enquanto o jornal A União clamava as medidas repreensivas, aos “bárbaros e dissidiosos” por parte das autoridades competentes, já que seus atos eram “repugnantes ao

magistrado moderno e ao mesmo espírito das populações pacíficas e laboriosas”, pondo em risco seu projeto de modernização da cidade. O jornal A Notícia aplaudia a repreensão das autoridades aos infratores, como nesta nota, intitulada: “Bem feito”.

O carregador Francisco Martins Conduzindo uma barrica cheia de lixo, entendeu de despejar-o na rua do Pontinho bem próximo a um chafariz ali existente. Alguém que presenciava o caso participou-o ao subdelegado do 1º distrito, que imediatamente mandou recolher a cadeia o perigoso inimigo da limpeza pública. Se acontecesse o mesmo com todos deste fazer talvez as ruas de nossa urbs, andassem mais asseadas. (Jornal A Notícia, 11/11/1916, p.01).

Embora comemorasse a repreensão sofrida pelo carregador, o autor da matéria não se questionava se o lixo era dele mesmo ou se não estaria ele a serviço de algum morador, que provavelmente seria um membro das classes mais abastadas que podia pagar pelo serviço do carregador. Caso estivesse à serviço de alguém, caberia indagar se o “inimigo da limpeza pública” era o carregador ou o sujeito que o tivesse contratado para dar destino ao seu lixo.

No que concerne ao destino do lixo, vimos que há muito era uma questão discutida pelos intelectuais e governantes, quanto à remoção e destino dados aos dejetos e resíduos domésticos. Ao entrar na segunda década do século XX, imperava ainda o hábito da população de despejar o lixo em torno das árvores existentes nos quintais, ou então enterrá-lo em buracos feitos no chão dos quintais domiciliares. Reconhecendo que, embora se tratasse de um serviço da alçada municipal, mas que este não tinha recursos financeiros, João Machado encomendou, ainda em seu governo, no ano de 1911, um forno de incineração com capacidade para destruir de 10 a 12 toneladas de lixo, que era a produção diária da capital paraibana.

No entanto, a solução não veio como o esperado, visto que de acordo com a Mensagem Presidencial, proferida por João Pereira de Castro Pinto, em 1913, a cidade ainda continuava sem um serviço efetivo de limpeza pública, muito menos estava de posse do forno de incineração do lixo, que segundo João Lopes Machado, havia sido encomendado ainda no ano de 1911. O forno de incineração fazia parte agora de mais um benefício que a cidade necessitava, mas que estava no rol das promessas e utopias a serem alcançados pela cidade.

Dessa forma, não era de se estranhar que atitudes como a do carregador Francisco Martins ainda ocorresse numa cidade que se pretendia limpa e bela, mas que não contava com uma estrutura capaz de proporcionar-lhe tal objetivo, visto que não contava ao menos com um sistema eficaz de limpeza pública. Assim, embora os médicos higienistas da Directoria de Hygiene interviessem nos espaços públicos e privados obrigando a população a obedecer, os

decretos, bem como reprimindo, de forma autoritária os abusos contra a saúde pública, acabavam tornando ineficaz seu serviço, visto que assim como faltava-lhes recursos técnicos para uma operacionalidade, faltava também à cidade equipamentos necessários a sua higienização.

Assim, problemas com a higiene da cidade, bem como com a saúde da população permaneceram e entraram na década seguinte. No ano de 1922, tal questão ainda é colocada como necessidade para a cidade pelo Dr. José Teixeira de Vasconcelos, Diretor do Serviço de Higiene do Estado, que reivindicava ao governador Sólon de Lucena, a aquisição de um forno de incineração que pudesse dar um destino correto aos lixos que continuavam amontoados nos terrenos.

Momento, portanto, em que se intensificaram as cobranças em torno dos serviços de saneamento da capital. Afinal, a civilização e o progresso tão sonhados pelas elites talvez estivessem sendo ameaçado; já que, conforme um articulista do Jornal A União, “nenhum país civilizado se agrupa hoje como tal sem colocar o esgoto na planta das instalações” (A União, 24/01/1923, p.01). O jornalista parecia não compreender porque outros serviços tenham sido empreendidos antes do esgoto sanitário, quando o principal propósito era “civiliza-la”. E como poderia a cidade ser civilizada e moderna sem o esgoto sanitário?

O Esgoto Sanitário – Plano de Saneamento de Parahyba do Norte -1913

O projeto de saneamento da cidade de Parahyba encomendado ao engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, pelo então governador do estado, Castro Pinto no ano de 1913, está inserido no contexto das medidas que vinham sendo adotadas desde o governo de João Machado Lopes, com o intuito de higienizar e embelezar a urbe, o que fez Saturnino, após analisar a malha urbana e percorrer as áreas centrais da cidade, quando da sua vinda, elogiar a iniciativa do governador, uma vez que, implementar o esgoto sanitário na capital significava incluí-la entre as cidades onde a “civilização” era uma realidade. Segundo o sanitarista:

No Brasil já se compreende o valor indiscutível da higiene sanitária e da necessidade que há nos governantes em não medir despesas para tornar tal questão uma realidade nas colectividades que não possuem as vantagens e as condições de vida das já saneadas. Vejo afinal entre nós essa nova orientação dos administradores dos Estados, que se empenham em a par dos outros melhoramentos urbanos dotar as suas cidades de obras sanitárias, capazes de evitar-lhes a invasão dos flagelos epidérmicos e torna-las higiênicas e salubres. A Parahyba vai dentre em breve possuir este serviço. Será um trabalho sem as proporções do de Recife; também



menor é a capital paraibana, que poderá ter pronta a sua rede de esgotos em um ano de serviços bem dirigidos e administrados. (Jornal A União, 25/02/1913, p.01).

Conforme se depreende da nota escrita por Saturnino de Brito os esforços que o governador estava empenhando no sentido de se realizar as obras de saneamento da capital, articula-se a um contexto nacional, marcado nesse período por uma maior participação do Estado quanto a elaboração e efetivação de políticas de saúde pública que tinham como metas livrar a população dos males epidêmicos, visto como essencial no processo de modernização do país; o que na compreensão desse sanitarista se processaria a partir do saneamento urbano.

A Parahyba estava assim caminhando para a realização do seu sistema de esgoto, embora, como veremos não se dará de forma imediata. Mas o importante é que estava trilhando o caminho para a conquista de mais um item para a efetivação do seu estado higiênico e saudável. Na compreensão de muitos letrados, a capital não se enquadrava totalmente como moderna, porque as más condições de higiene ainda representavam um empecilho a ser superado. Situação esta que já era bastante denunciada nos jornais pelos letrados que clamavam por um sistema de esgoto para a capital paraibana nos moldes em que havia em outras cidades, sendo cobrado durante toda esta década, visto que as obras, só serão iniciadas no ano de 1923.

Será da articulação entre os postulados da teoria mesológica com a representação da cidade enquanto organismo, e com os princípios de desenho urbano extraídos de uma leitura sanitária afrancesada da qual Brito foi bastante influenciado, que ele desenvolve seus projetos para as várias cidades brasileiras entre elas, Recife e Santos, onde pôs em prática suas ideias de saneamento e melhoramento urbano, levando-se em consideração as condições locais de cada cidade. Tornando-se um dos mais notórios engenheiros do Brasil nesse período, cujos planos fazem parte da concepção e implantação do urbanismo moderno no Brasil. Seu cuidado seria em conciliar a estética do traçado urbano já existente, e as necessidades da engenharia sanitária. Assim define o sítio onde a cidade estava localizada:

A cidade da Paraíba do Norte, capital do Estado, está edificada nas encostas e no planalto de um contraforte que se adianta até a margem direita do Sanhauá, braço do rio Paraíba do Norte. A cidade baixa ocupa mui pequena área. Ruas estreitas sobem pelas encostas de forte declive, cortando outras igualmente estreitas, até a cumiada do contraforte, onde algumas delas são mais largas (BRITO, p.287-288).

Observando então, como se encontrava a cidade, com ruas estreitas e sinuosas, justificadas pela sua topografia, é que Saturnino em seu plano, propõe adaptar o novo traçado ao antigo com suas linhas sinuosas, buscando solução nos aterros para sanear os baixios e

com isso regularizar o perfil de certas ruas, ou preparando mesmo estas superfícies aterradas para a expansão da cidade, a qual era uma das preocupações de Saturnino, no que diz respeito às reformas que estavam sendo realizadas no país. Segundo ele, era preciso um plano que direcionasse a expansão da cidade, evitando assim seu crescimento ao acaso, mas que as avenidas fossem adequadas às linhas de escoamento e do relevo da cidade.

Ao contrário do que propõe Saturnino, o processo de higienização e remodelamento das cidades, como também ocorreu com a Parahyba, se deram mais por intervenções pontuais, características dos planos de governo, o que segundo ele nada adiantariam para a completa higienização da cidade, apenas maquiaria seus problemas, passando a falsa imagem de cidade saneada. Sendo assim, para se alcançar o ideal de cidade civilizada, era necessário solucionar de forma correta tais problemas pelo saneamento das ruas e das casas, por meio de um plano sanitário.

Um procedimento importante e constante no seu projeto era a racionalidade, técnica e econômica, mas também um forte caráter estético, que buscava embelezar a cidade, voltando sua atenção para a necessidade da criação de praças, jardins e parques, tidos pelos higienistas como pulmões da cidade, mas que também contribuíram para o embelezamento da mesma. Foi o que ocorreu com o tratamento dado à Lagoa, que ao invés de aterrá-la, medida costumeira na época, sugeriu utiliza-la para integrá-la ao projeto urbano. Aproveitando-se da topografia da região, propôs que todo escoamento se dirigisse a um ponto da lagoa, delimitado pelas ruas Padre Vieira (antigas Beco das Almas e Travessa Visconde de Pelotas) e Diogo Velho (Rua Nova da Lagoa).

Quando da sua execução, o saneamento da lagoa representou um dos principais focos do plano de Saturnino, que idealizou sanear a área e embelezá-la com um grande parque no entorno da Lagoa – atual Parque Sólon de Lucena – que, tornou-se o cartão postal da cidade. De acordo com o plano de Saturnino também seria margeada por largas avenidas, que ele considerava propícia à expansão da cidade, indicando para o sentido das praias.

O saneamento da Lagoa só será realizado no governo de Sólon de Lucena, quando o projeto de Saturnino, elaborado em 1913, será executado, quase uma década depois. O atraso na realização do projeto por falta de recursos, tanto por parte do Estado, quanto da Prefeitura, provocou modificações onerosas quando este veio a ser concretizado, visto que nesse tempo em que o projeto não saiu do papel a cidade continuou a crescer e de forma não planejada. Ruas foram abertas, bairros novos surgiram como o Roger e Independência, sem nenhum planejamento; expandindo a cidade para áreas não pretendidas de acordo com o projeto de

1913, como enfatiza Saturnino em seu relatório com as novas modificações apresentado em 1922.

As administrações municipais no Brasil, geralmente ainda não se convenceram da necessidade de subordinarem as suas fortuitas iniciativas de “urbanismo” a certos princípios e os planos gerais, sejam por elas organizados ou sejam pelos Governos do Estado(...) predominam o acaso, o capricho ou a reguada inflexível. Não é, portanto, para se estranhar que na Paraíba ficasse esquecido o plano proposto, em 1913, para expansão da cidade de acordo com o esquema do serviço sanitário(...) com os arruamentos que abriu prejudicou o natural estabelecimento dos esgotos, obrigando-nos a modificações onerosas no plano anterior.(BRITO, p.374)

Durante toda a década de 1910, embora a cidade tenha passado por várias modificações em sua paisagem com vistas a modernizar-se especialmente no governo de Camilo de Holanda, que ficou conhecido pelas diversas obras realizadas em seu governo, não voltou a atenção para o problema de saneamento da capital, segundo o discurso de alguns letrados, alegando falta de recursos, embora tenha realizado gastos excessivos com a construção da Escola Normal; ou seja, de acordo com essas críticas, em suas obras buscou mais o embelezamento da cidade, tendo em vista seu ideal modernizador do que as necessidades básicas da cidade.

Camilo de Holanda, na impossibilidade de custear os serviços de saneamento, preferiu promover a remodelação da capital, dando assim, emprego aos saldos orçamentários. “Foi construindo, ajardinando, embellesando, que a Parahyba se transformou, tornando-se, digna de ser vista sem pesar para os nossos foros de povo culto”, esse posicionamento de Holanda, estava em total sintonia com os discursos e desejos das elites e governantes do país como já tratamos aqui, que com o advento da República queriam apagar as marcas de um passado colonial, nem que para isso tivesse que apenas maquiá-la, com a construção de belas edificações, abertura de ruas e retirada dos pobres do centro, sem buscar melhorias efetivas nas condições de saúde da cidade.

Assim, somente no governo de Sólon de Lucena é que o projeto de Saturnino de Brito voltou a ser foco do interesse dos governantes; tendo em vista a importância do saneamento para o processo de modernização da cidade, a muito desejado pelas elites que almejaram transformar e embelezar a cidade, e já iniciado na segunda década pelos governos anteriores. Assim, foi numa junção de esforços das três esferas públicas (Federal, Estadual e Municipal) que, deu-se início no ano de 1922 as obras de saneamento da capital, inaugurada em Janeiro de 1926.

Chefiado pelo engenheiro Baeta Neves, auxiliado pelos engenheiros, José Fernal, Francisco Saturnino de Brito Filho, Paulo Guedes e Francisco Moura, as obras de saneamento tiveram início com a abertura, nas principais ruas do centro da capital, de galerias onde seria estendida a tubulação da rede de esgotos. Sendo logo beneficiadas as Ruas das Trincheiras, da República, Barão da Passagem, Beaurepaire Rohan, João Machado, Gama e Melo e Maciel Pinheiro que há muito seus moradores reivindicavam tal serviço.

Entre os pontos que fazem parte do projeto de saneamento feito para capital, diz respeito aos esgotos domiciliares, visto que Saturnino considerava as instalações sanitárias de água potável e de esgotos nas habitações o fator mais importante para o saneamento de uma cidade, ao mesmo tempo, que representam um grande serviço do ponto de vista do conforto. Assim, chama a atenção para três aspectos essenciais, dentre estes chamamos atenção para dois:

- a) A reforma sanitária das habitações insalubres, dando-lhes os predicados que a hygiene sensata indica, como sejam especialmente a iluminação so'ar directa e a ventilação natural de todos os aposentos;
- b) Não consentir, de um modo inflexível, sem temores e sem favores, que os novos prédios se sacrifiquem as condições essenciais para a sua salubridade, tão prejudicada pelos constructores de "casas econômicas" destinadas a exploração por aluguel (BRITO, p.329).

Seguindo esse plano, as edificações residenciais e comerciais, deveriam ser construídas a partir de um recuo obrigatório exigido por leis que visassem conciliar os interesses, público e privado para assim corrigir os defeitos de desalinhamento das ruas e construções edificadas à revelia de qualquer orientação técnica. E principalmente nas vielas estreitas, teria que haver um maior rigor com relação ao cumprimento das normas para edificação, bem como a obrigatoriedade da instalação das canalizações e assentamento de aparelhos sanitários.

Mesmo contando com a participação do Estado, os custos com a instalação do esgoto ficaria sob a responsabilidade dos proprietários de imóveis. Devendo-se isso ao fato da maior parte do capital aplicado nesse serviço de saneamento da capital ser privado, e não público. Portanto, na compreensão do governador da Parahyba, nada mais justo do que conceder à iniciativa privada o direito exclusivo de cobrar pela instalação do esgoto nos domicílios residenciais e comerciais.

Contrário à execução e à exploração dos serviços sanitários por empresas, Saturnino sugeriu em seu projeto que na Parahyba se fizesse de forma semelhante ao ocorrido nos estados de São Paulo e Pernambuco, que para facilitar aos proprietários as instalações de



esgotos, o serviço foi feito pelo Estado e cobrado por prestações semestrais, com impostos e taxas, e os prazos para pagamento variaram de acordo com o valor gasto em cada imóvel.

No entanto essa questão na Parahyba ainda teria mais implicações, visto que a decisão do governador de conceder o direito de administrar as instalações, bem como fiscalizar e cobrar pelo esgoto domiciliar aos empresários gerou um impasse com a Assembleia. De acordo com Chagas, esta situação fez com que:

...o engenheiro Francisco Gouveia Mouro – Diretor da Repartição de Saneamento da Parahyba – assinasse termo de compromisso perante os deputados estaduais, comprometendo-se a instalar o esgoto sanitário nas residências dos proprietários que procurassem o referido órgão. No aludido documento, o então engenheiro se obrigava a executar todas as obras de instalações de esgoto sanitário domiciliares em todos os prédios, de qualquer forma ou espécie ora existentes nos locais servidos pelas redes públicas de saneamento da Capital, bem como naqueles que viessem a existir nesses locais durante a vigência do referido termo. O termo inviabilizava a obrigatoriedade dos beneficiados pagarem a taxa de instalação domiciliar, mantinha a taxa de manutenção paga à Repartição de Saneamento da Parahyba e garantia aos empresários o direito a uma companhia de saneamento, que se responsabilizaria pela instalação da encanação pública. Quanto à administração do serviço geral, caberia ao Estado, através da Repartição de Saneamento. (CHAGAS, 2004, 113)

A decisão encerraria as discussões na Assembleia, no entanto, ainda segundo Chagas, o Diretor de Repartição de Saneamento estipulava a medida por tempo determinado, bem como o benefício só seria para os usuários que encaminhassem pedido formal. Do contrário, teriam que recorrer à companhia particular. Isso nos indica que o serviço de saneamento da capital, igualmente a outros, como o de abastecimento de água, os serviços foram limitados a parcela da população que dispunha de condições para arcar com as despesas exigidas. Além disso, o fato de ter sido instalado o sistema de saneamento, não garantia que a Parahyba estivesse alcançado o grau de progresso das outras cidades nas quais as elites se espelhavam. Devido à insuficiência de recursos públicos necessários à aquisição e manutenção da obra, não demoraram e os problemas de ordem operacional surgiram.

Embora o serviço tenha apresentado falhas, ele não deixou de ser decantado pelas elites e autoridades como uma obra que marcaria o processo de transformação da capital. Assim discursa no ato da inauguração da obra em 24 de janeiro de 1926 o Secretário de Administração do Estado, Álvaro Carvalho:

A todos (agradecendo a Saturnino e sua equipe de auxiliares), pois, a gratidão da Parahyba sensibilizada, diante dessa obra que não vacilarei em qualificar de extraordinária, obra de patriotismo, de benemerência e de humanidade, que duas administrações honradas legam à nossa terra, como um forte exemplo de labor, de limpeza moral e de capacidade realizadora, a estimular os bríos cívicos e as energias emergentes das novas gerações (Jornal A União, 26/01/1926, p.01).

Nesse contexto, a figura do Prefeito Walfredo Guedes Pereira, ao longo dos trabalhos de saneamento e urbanização da cidade, também foi sempre exaltada pelas elites como sendo alguém comprometido com a melhoria da cidade, que seguindo o exemplo de outras capitais brasileiras voltou suas vistas para a limpeza pública, saneamento e higienização. Médico formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro entre 1902 e 1908, Guedes Pereira presenciou as reformas do prefeito Pereira passos a capital Federal, e assim em seu governo suas ações envolveriam a demolição de vários prédios para alargamento e abertura de novas artérias, de que não escapariam, nem mesmo igrejas seculares que tombariam em favor da higiene, da estética e de um tráfego sem empecilhos.

Embora as reformas na administração de Guedes Pereira não tenham tido o grau de complexidade sistêmica realizadas no Rio de Janeiro, por exemplo, a Parahyba foi palco de uma firme tentativa de reformar sua paisagem, bem como os costumes da população, aliando, assim, o controle e a reestruturação dos espaços públicos a partir do combate principalmente aos espaços privados considerados anti-higiênicos. Ou seja, embora não tenha havido na capital paraibana um verdadeiro “bota-abaixo” ao modelo carioca, houve uma série de intervenções para nivelamento das casas, alargamento e abertura de novas ruas e que consequentemente acabou por determinar o fechamento de becos, destruição de habitações populares que se configuravam num entrave para a estética da cidade.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol.1, nº2, 1986, pp. 47-58.
- AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. *Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro*. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora,1989.
- ANDRADE. Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito*. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP, 1992.
- BRITO, Francisco R. Saturnino de. Saneamento de Paraíba do Norte. In: BRITO, Francisco R. Saturnino de. *Obras Completas*. Tomo V. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As Singularidades da Modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Recife, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: companhia das letras, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MAROJA, Flávio. A nossa hygiene. In: Revista Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Parahyba, V.3. 1911, p.431.

SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP)1999.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001.

Notas

ⁱ Debate este que girava em torno das preocupações técnicas de organização ou reorganização do espaço, incluindo dentre outros aspectos, a questão da circulação do ar, da água, de pessoas, etc, que associadas às necessidades higiênicas proporcionariam as cidades bem-estar e funcionalidade.